

O século XVII é representado por 376 obras, nas quais vamos encontrar um grande número de folhetos ligados à invasão holandesa no Brasil.

Já no século seguinte, temos 549 títulos.

O século XIX, que viu a introdução da imprensa no Brasil, mostra a influência deste fato com seus 1744 títulos, embora muitas sejam de obras estrangeiras que nem sempre se relacionam com o Brasil.

1671 obras vêm catalogadas para o século XX. Nesta se relacionam as partes mais controvertidas deste catálogo. Pois vêm citadas diversas obras que não podem ser declaradas absolutamente como raras. Não sabemos qual o critério adotado pela direção da biblioteca para estabelecer se um livro é raro ou não. Sou, contudo, de opinião que em se tratando de exemplares numerados ou com dedicatória do Autor, devem ser conservados numa seção de livros raros e constar na ficha a informação indicada. Assim, qual é o motivo de obras de Dante Alighieri (2856-2866) por exemplo, constarem entre as obras raras, um Wildberger (4447 e muitas outras obras)? Em outras chamadas encontramos apenas menção de "Exemplar numerado", que justifica em princípio a sua existência numa seção de livros raros, principalmente quando a tiragem é bem limitada. É sabido também que existem diversas obras francesas em edições de luxo ou de pequena tiragem. Porém as obras francesas relacionadas no catálogo nem sempre vem mencionadas como tal. Se não são de luxo e nem de pequena tiragem, porque então estarão na Secção de Livros Raros?

Um erro por nós encontrado, embora de somenos importância, é o caso do n.º 2119, que vem relacionado entre as obras do século XIX quando data exatamente de 1953, uma vez que a Sociedade de Gutenberg (Gutenberg-Gesellschaft) só foi fundada em 1901.

No final encontramos ainda 186 "Edições sem data, de luxo, e especiais". Entendo que não haveria necessidade desta parte, uma vez que seria fácil indicar a que século pertencem e para as outras bastaria uma nota. Há, ainda, a observar que em alguns casos, pelo menos, a consulta mais atenciosa da obra ou de bibliografias específicas teriam indicado de pronto a data da impressão, por exemplo: Varnhagen (4667) cuja data de impressão consta do próprio livro: 1877.

Teria sido interessante, se já foi excluído qualquer comentário a respeito das obras, mencionar-se quantos exemplares a seção possui de algumas obras para evidenciar mais a riqueza do acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Resumindo, embora com falhas, o Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade é obra de grande utilidade que visa facilitar a todos os estudiosos que tiverem necessidade de recorrer ao nosso maior repositório de livros — excluindo-se, naturalmente, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro —. Aliás, como já escreve o sr. Leonardo Arroyo em seu prefácio, "procurou-se criar um instrumento útil de trabalho e pesquisa que desse amplo conhecimento ao público interessado do que se protege e resguarda na Secção de Obras Raras (...)".

**CAMARGO, JOSE FRANCISCO DE** — "Subsídios para uma Política Demográfica de possível aplicação ao Brasil", in *Problemas Brasileiros*, São Paulo, n.º 63, Conselho Regional do Serviço Social do Comércio, 1967.

Um estudo, mesmo perfundório, da sociedade brasileira no que tange aos movimentos de população revelará imediatamente que tal fenômeno constitui um dos sinais mais marcantes da situação sócio-económica do país. Tais migrações representam indícios de transformações estruturais da sociedade, com reflexos diretos, não só nas condições materiais da vida dos migrantes como na sua mentalidade, provocando toda uma série de choques e traumatismos culturais típicos de situação de mudança.

Assunto dos mais fascinantes e discutidos, o fenômeno das migrações internas no Brasil chama sobre si as atenções dos sociólogos, que a ele têm dedicado os mais diversos estudos e pesquisas, procurando mostrar suas causas e efeitos à luz da análise sociológica. Resultaram desses trabalhos contribuições preciosas para o conhecimento científico do problema, além de alguma controvérsia quanto as suas consequências sociais e econômicas, principalmente nos que diz respeito à industrialização de certas regiões do país.

Para muitos autores, o fenômeno da transição rural-urbana, consequência mais profunda dessa migração, apresenta, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e industrial do país, resultados benéficos. Consideram que sendo as levas de migrantes constituídas, em sua maioria, por pequenos proprietários agrícolas sem recursos para "tocar" sua própria lavoura, parceiros desiludidos e espoliados pelos donos de terra, e por miseráveis assalariados rurais, tais pessoas estariam abandonando áreas ainda marcadas por um tipo de economia caracteristicamente mercantil (o Leste e Nordeste do Brasil, em especial) por áreas já penetradas pelo capitalismo avançado, o que — em termos de consumo — resultaria em ampliação do mercado interno. Acrescentam tais autores que a própria minoria remanescente nas áreas de saída, passa a adquirir, em escala crescente, bens de consumo e meios de produção das regiões de acolhimento das levas, mesmo porque esta minoria se beneficia com a ruína dos migrantes. Além disso, haveria nestas áreas a redução do chamado "desemprego desfargado" ou do sub-emprêgo, pela menor oferta de mão-de-obra, principalmente na lavoura. Acrescentam ainda que os benefícios não seriam apenas para as áreas emissoras de população, mas também para as áreas de recepção, onde a indústria, bem favorecida e condicionada pelo êxodo rural, passaria a contar com mão-de-obra farta e barata, fato esse que por sua vez pressionaria no sentido da formação, em escala crescente, de pessoal especializado para enfrentar de um lado as necessidades de expansão industrial, de outro, a concorrência salarial.

Mas nem todos os autores concordam com estas colocações. Muitos acreditam que o reflexo das migrações seria duplamente maléfico, isto é, traria consequências negativas tanto para as regiões de saída, como para as regiões que recebem os migrantes.

As migrações seriam maléficas para as primeiras porque ficariam estas privadas de seus melhores e mais produtivos braços, caminhando assim para uma situação sócio-econômica cada vez pior, presas ao círculo vicioso da miséria. Representariam também as migrações uma "acomodação" para os problemas que afligem a estrutura social do Leste e Nordeste do país, pois a saída em massa de trabalhadores aliviaria as pressões sobre o *status quo* vigente, impedindo que a tensão social pudesse atingir um ponto crítico de consequências imprevisíveis.

Por seu turno, as áreas que recebem contingentes migratórios estariam sujeitas ao aviltamento de salários urbanos e rurais nos setores primários, pelo excesso de oferta de mão-de-obra, com consequente aumento do sub-emprêgo. Outrossim, dados os baixos índices sanitários, e de instrução de que são portadores, os migrantes concorreriam, em alta escala, para o declínio das condições eugénicas da população e para o aumento dos índices de analfabetismo. Outros pontos negativos seriam o incremento da criminalidade, a sobrecarga dos organismos de assistência social e o agravamento do problema habitacional, com a subsequente proliferação das favelas nos centros urbanos.

O trabalho mais ou menos recente do prof. José Francisco de Camargo, grande autoridade em problemas migratórios, veio trazer elementos mais esclarecedores a respeito da questão:

"As migrações rural-urbanas, na forma de êxodo rural, mesmo consideradas como fenômeno geral e não recente, tornam-se mais intensas nas fases de transformação rápida da estrutura econômica de um país como o nosso, especialmente naquela em que a industrialização quebra os quadros de uma econômica tradicio-

nalmente agrícola. É nesse sentido de transformação estrutural que o problema do êxodo rural enquadraria-se perfeitamente no processo geral do desenvolvimento econômico. Transformação estrutural significando mudança de proporção entre a população empregada nas atividades primárias (agricultura e indústria extrativa) e a população econômica ativa, etc. Proporções altamente representativas do nível de desenvolvimento atingido pelas economias nacionais regionais nas suas fases mais características".

Mais adiante, o Autor cita um estudo do autor francês, Pierre Fromont (*Demographie Economique — les rapports de l'économie et de la population dans le monde*, Paris 1947) que considera o êxodo rural como manifestação de vitalidade de um organismo em progresso, constituindo, a sua ausência, ao contrário, sintoma de saúde precária, significando para o organismo a demonstração de sua incapacidade para progredir.

Diante de tal colocação, o prof. Camargo retruca: (...) "Visão acentuadamente otimista do êxodo rural. Realmente, colocado no quadro do desenvolvimento econômico, implicando profundas transformações estruturais o deslocamento populacional das zonas rurais para as cidades constitui fenômeno normal e até necessário. Sendo a taxa de natalidade geralmente mais elevada no campo do que na cidade, os excedentes demográficos oriundos daquele é que satisfarão a procura de mão-de-obra para as indústrias e outras atividades relacionadas com a prestação de serviços (transporte, comércio, etc.). Mas esse quadro nem sempre se apresenta tão róseo, nítido e equilibrado. Por vezes as suas cores se carregam e o equilíbrio se rompe dando lugar a aspectos manifestamente desfavoráveis ou negativos. Aspectos visíveis, mesmo nas áreas que se encontram em ritmo acelerado de industrialização, em fase de sensíveis mudanças estruturais que provocam desajustamentos sociais intensos: extensão da delinqüência e da criminalidade, aumento do número de marginais e mais concretamente, a proliferação das favelas, malocas e outros tipos de habitação destituidos de requisitos mínimos de higiene e conforto".

Contudo, acredita o Autor em tela que ainda existem razões para certo otimismo diante de tal situação, salientando que o problema dos desajustamentos sociais que convergem nas áreas urbanas em surto rápido de industrialização é de natureza mais conjuntural que estrutural, ou seja, de duração mais curta que longa. No que tange, porém, aos centros urbanos com baixos ou inexistentes índices de industrialização, as consequências do êxodo rural quase sempre são o subemprego ou o desemprego disfarçado, uma vez que a absorção da mão-de-obra é mínima ou nula.

Nesse sentido, avverte o prof. Camargo que (...) "O fenômeno da plethora que ocorre na população terciária das grandes cidades em regiões não industrializadas pode, no entanto, ultrapassar os limites do subemprego ou desemprego disfarçado, dando lugar então ao desemprego permanente, grave, de caráter estrutural, o que significa a impossibilidade de ser superado enquanto não mudarem as condições da própria economia, enquanto não se oferecem, à mão-de-obra excedente das cidades, novas modalidades de ocupação além daquelas ligadas à prestação de serviços".

Para corroborar suas colocações, o prof. Camargo cita as cidades de Salvador e Recife, como exemplos de centros urbanos com índices ainda fracos de industrialização, mas densamente povoados (Salvador com aproximadamente 650.000 habitantes e Recife com 800.000), onde os problemas do excesso de oferta de mão-de-obra são notórios. Daí, acrescenta, os esforços do governo federal no sentido de dar ao problema um equacionamento real ao tomar, através da SUDENE, medidas de longo alcance que ensejem modificações estruturais da região.

De fato, Pernambuco e Bahia têm sido os Estados mais beneficiados com o "pool" de investimentos e liberação dos artigos 34/18 da SUDENE (uma das últimas estatísticas a respeito mostravam que só os dois absorvem 73.7% dos in-

vestimentos feitos), mas, mesmo assim, ainda se vêm à voltas com a questão do excesso de mão-de-obra. Recife, por exemplo, tem uma população quase permanente de desempregados e subempregados calculada em 300.000 pessoas, sendo que esta força de trabalho mal aproveitada é constituída, em sua grande maioria, por pessoas vindas do campo, as quais vivem justapostas, antes que integradas ao meio urbano, em condições extremamente precárias, tanto de trabalho como de padrão de vida.

Acrescente-se que, nesse particular, o problema ganha nova dimensão, gerando intensa polêmica em torno da maneira como se está tentando industrializar o Nordeste. Estudos mais ou menos recentes sobre a questão, como o do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, calculou que, em 1966, 145 mil homens viviam subempregados e mais de 300 mil pessoas viviam nos alojados e mocambos do Recife. De outra parte, a própria SUDENE calculou que embora as novas oportunidades de emprego crescessem num percentual de 3% ao ano, o desemprego e a mão-de-obra aumentavam em 4.9%. Existem igualmente críticas no sentido de que a industrialização não tem sido capaz de absorver as populações dispensadas pelo campo, mesmo em proporções mínimas; ainda que as estimativas oficiais falem na criação, nos últimos anos, de 80 mil empregos diretos e estáveis e 240 mil relativos ao Setor de serviços, a industrialização do Nordeste, que tem provocado o aparecimento de muitas fábricas e o enriquecimento de muitos grupos, não está propiciando — segundo alguns observadores — melhorias substanciais aos trabalhadores, tanto rurais (que vivem miseravelmente nos campos) como urbanos (que "incham" as cidades à procura de serviço), mesmo porque as oportunidades de emprego têm sido proporcionalmente tão pequenas que chegam a ser quase insignificantes para atender a todos. Além disso, a opção pela tecnologia moderna, exigida pela industrialização, vem dispensando o homem em favor da máquina, beneficiando apenas a parcela diminuta de trabalhadores qualificados da região.

Dizem os críticos que esse aspecto (o da utilização de máquinas e tecnologia sofisticada em face de uma economia atrasada, que não conta com a mão-de-obra especializada porque seu sistema educacional é limitado) representa ponto nevrálgico para os países subdesenvolvidos, os quais enfrentam o agudo problema de propiciar empregos em larga escala às grandes massas populacionais. O seu ponto de vista é de que o uso de recursos e técnicas importadas não rompem, por si mesmas, as estruturas arcaicas, nem resolvem — antes agravam — o problema do desemprego. Se o país não adequar seus planos de mudança aos recursos existentes em homens, máquinas e técnicas, bem longe ficaremos de um processo de industrialização mais autênticamente nacional, além de mais humano e criativo. Não basta apenas modernizar nossa economia, para adaptá-la simplesmente à nova divisão internacional do trabalho imposta pelas mudanças de interesse do subsistema capitalista dominante, continuando o Brasil submetido ao "Know-how" estrangeiro e ao pagamento de "royalties" às empresas alienígenas.

Tais reparos têm muito que ver com o problema das migrações para áreas de baixo índice de industrialização. Se não, vejamos.

Os deslocamentos populacionais refletem, desde logo, a incapacidade do setor agro-pequeirícola para reter a massa de trabalhadores, não lhes dando nem condições mínimas de subsistência. Só uma reforma agrária profunda — que o governo federal através de seus organismos especializados começará a implantar ainda este ano — poderá trazer modificações ao panorama rural. Todavia, esse é um trabalho à longo prazo, cujos primeiros frutos serão colhidos, talvez, dentro da próxima década.

Existe um problema mais próximo e de solução mais urgente que é o aproveitamento da força-de-trabalho representada pelas migrações dentro do processo de industrialização do país, uma vez que, como técnica de mudança rápida, é muito mais importante desenvolver primeiro o setor industrial, pois este arrastará,

na sua esteira, o setor agrícola. Existe, entretanto, uma enorme barreira: a baixa qualificação da mão-de-obra migrante que dentro da atual estratégia usada pela SUDENE não tem condições de aproveitamento. Parece-nos, nesse sentido, que a saída mais adequada seria a adoção de duas medidas concomitantes:

- a) tecnologia intermediária (mais elaborada que as técnicas rudimentares do artesanato, porém menos sofisticada que a dos sistemas industriais avançados, permitindo o aproveitamento da mão-de-obra disponível após breve treinamento);
- b) treinamento em massa, visando capacitar a massa de desempregados e subempregados para tarefas industriais cabíveis dentro de uma tecnologia intermediária.

Claro que esta solução deve ser utilizada dentro de curto ou médio prazo, enquanto outras medidas de profundidade são planejadas para etapas posteriores do processo industrial.

Em conclusão, pensamos que os migrantes poderão representar papel de extrema importância na industrialização do país, sem traumas sociais e com a garantia de independência econômica e política crescente, se resolvermos nos empenhar num autêntico processo de desenvolvimento nacional, deixando de seguir modelos externos que pouco ou quase nada têm a ver com a nossa realidade. —

ANTONIO JORDÃO NETO.

